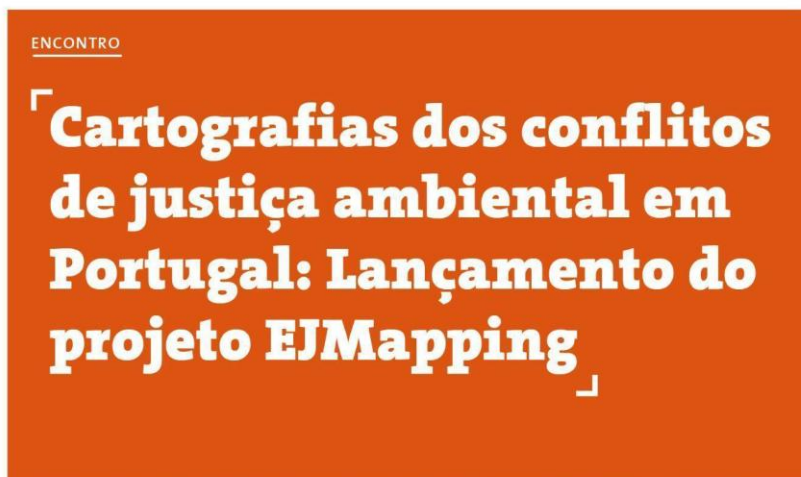


Partilha de perspetivas e experiências sobre conflitos e lutas ambientais

Relatório do 1o Encontro e Lançamento do Projeto EJMapping



Manifestação do 'Camp-in-Gás' contra os furos de gás. Bajouca, 20 de julho de 2019



CES | Alta
Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3000-995 Coimbra
Portugal
T +351 239 855 570

CES | Sofia
Colégio da Graça
Rua da Sofia n.º 136-138
3000-389 Coimbra
Portugal
T +351 239 853 649

ces.uc.pt



Março de 2026

Projeto "EJMapping - Contra-mapear conflitos de justiça ambiental na periferia europeia: o caso de Portugal" / Referência COMPETE2030-FEDER00931800, com financiamento FEDER e Fundos Nacionais, através da Fundação para a Ciência e Tecnologia / DOI: <https://doi.org/10.54499/2023.17429.ICDT>

COMISSÃO EDITORIAL

Gustavo García-López (Coord), Ana Paula Lemes Souza, Eliane Rapchan, Joana Sousa, Jonas Van Vossolle (equipa), Lúcia Fernandes (consultora)

CONTRIBUIÇÕES À PRODUÇÃO DO MANUSCRITO

Gustavo García-López (CES-UC), Ana Paula Lemes de Souza (FND-UFRJ), Eliane Rapchan (CES-UC), Gustavo Leite Gonçalves (CES-UC, UEPB), Joana Sousa (CES-UC), Jonas Van Vossolle (CES-UC) María Guillermina Diaz (IANIGLA-CONICET), Rogério Vieira Gomes (CEGOT, Univ. Coimbra), Ana Silva (ProTEJO)

PARTICIPAÇÃO NO EVENTO

Adelino Gonçalves (Univ. Coimbra), Alice Pisco (Plataforma Água Sustentável), Ana Daniela Maia Simões Gonçalves, Ana Rita Prates, Ana Silva (ProTejo), Anabela Carvalho (Univ. Minho), Bruno Candeias (SIEAP, Sindicato das Indústrias, Energias e Águas de Portugal; Tirem as Mãos do Litoral Alentejano), Catarina Rosa (Dunas Livres), Cátia Nunes, Daniela Ferreira Silva (Projeto Just Futures), Daniela Maia (Madalu e Projeto Guarda-Rios), Duarte R. Costa, Dulce Freire (Univ. Coimbra), Ecoverstities, Edgar José F. Figueiredo, Emília Costa, Fátima Cabeleira Teixeira (Juntos pelo Sudoeste y Eco-Aldeia Tamera), Francisco Oliveira (Mondego Vivo; Munda, Proteção da Bacia Hidrográfica do Mondego), Gabriela Margarido, Gil Pereira, Guilherme Serodio, María Guillermina Diaz (IANIGLA-CONICET), Gustavo Leite Gonçalves (Univ. Coimbra/ Univ. Estadual da Paraíba - Brasil), Ivan Barbeira (Encontro Local Pela Justiça Climática Coimbra), Jaqueline Santos, Joana Torres (Quercus Aveiro), João Carlos Martins (Ass. Defesa do Património Cultural e Natural de Soure), João Joanaz de Melo (GEOTA), José Pedro Tavares (Vulture Conservation Foundation), João Ribeiro, José Janela (Quercus), José Tavares, Kaya Schwemmlin (FCUL, TAMLA), Lanka Horstink (Grupo de Ação e Intervenção Ambiental, GAIA), Leonor Carvalho (Palombar), Leonor Prata (FCT-NOVA, Plataforma ODSlocal), Mafalda Rangel (Plataforma pela Sustentabilidade e Biodiversidade do Algarve), Maria Eduarda Gonçalves, Maria José Pessoa (Alvorecer Florestal, Aliança pela Floresta Autóctone, Projeto Guarda-Rios), Maria Paixão (Univ. Coimbra), Marinha Esteves, Miguel Dias (ClimaAção Centro), Miguel Rodrigues, Milene Matos (Vulture Conservation Foundation), Nick Volker (MiningWatch; Observatório Ibérico da Mineração), Paula Godinho (FCSH), Paulo Coelho, Pedro Horta (ZERO), Rebeca Mateus (Dunas Livres), Rita Prates (Lisboa Possível / ZERO), Rogério Vieira Gomes (CEGOT, Univ. Coimbra), Rosa Guedes (Plataforma Água Sustentável), Ross Wallace (ISCTE), Rúben Sousa de Oliveira (Liga para a Protecção da Natureza, LPN), Ruy Llera Blanes, Sara Correia (ZERO), Sérgio Pereira de Carvalho Correia, Susana Batel (ISCTE), Susana Coelho (Plataforma pela Sustentabilidade e Biodiversidade do Algarve), Teresa Meira, Tereza Fonseca (Liga para a Protecção da Natureza, LPN). [Esta lista foi compilada com base no registo de presença em sala e no Zoom]

CARTAZ DO EVENTO: André Queda

APOIO À COMUNICAÇÃO: Pedro Dias da Silva

GESTORA DE CIÊNCIA: Camila Borges

Documento disponível em acesso aberto em:

Contacto: ejmapping@ces.uc.pt

1. INTRODUÇÃO

Em 5 de dezembro de 2026, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e online, realizou-se o primeiro encontro e evento de lançamento do projeto *EJMapping*, *Contra-mapear conflitos de justiça ambiental na periferia europeia: o caso de Portugal*¹. O projeto é financiado pelo FEDER — Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional — e por fundos nacionais, através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia —, e decorre entre maio de 2025 e abril de 2028.

O programa do encontro (ver página 5) incluiu momentos de apresentação, conversa e discussão e contou com a presença de 67 pessoas, entre as quais representantes de várias instituições e movimentos, bem como pessoas ligadas à investigação e às lutas ambientais.

Este sucinto relatório foi elaborado após o evento e tem como objetivo constituir uma memória coletiva sobre um encontro que se considerou importante para estreitar a relação entre pessoas envolvidas em lutas ambientais — tanto entre ativistas como entre ativistas e investigadores/as. O projeto *EJMapping* procura, igualmente, alicerçar o trabalho futuro nas prioridades identificadas durante o encontro e, assim, a comissão organizadora considerou pertinente produzir este documento também em diálogo com as pessoas presentes no encontro, uma vez que já contribuíram para a coprodução das ideias aqui retratadas. Nota-se, contudo, que será difícil espelhar fielmente, num texto escrito, a complexidade e o detalhe que o debate de ideias consegue gerar. Assim, o que aqui se apresenta é, necessariamente, uma versão simplificada da riqueza da partilha do encontro.

Este documento segue a sequência dos momentos que guiaram o programa do dia e procura identificar ideias que reuniram um consenso alargado e outras mais controversas. Teve-se em consideração o respeito pelas preocupações acerca da partilha de informação, levantadas durante o encontro.

Todos os participantes foram convidados a contribuir diretamente para a elaboração deste texto, através de comentários e edições diretas. A participação no evento é mencionada, independentemente de ter havido ou não, contributo direto para a redação do texto. Em qualquer dos casos, a inclusão dos nomes das pessoas participantes esteve sujeita a autorização.

O evento teve como objetivos:

- a) apresentar o projeto e abrir um primeiro momento de retroalimentação;
- b) construir um espaço de escuta e aprendizagem mútuas com pessoas envolvidas em lutas pela justiça ambiental nos diversos territórios de Portugal;
- c) refletir sobre o papel da futura comunidade alargada de pares; e
- d) refletir sobre o papel da universidade e da investigação engajada nas lutas pela justiça ambiental em Portugal.

De forma sintética, o projeto *EJMapping* propõe a combinação de vários métodos de mapeamento de conflitos, estando comprometido com a escuta das perspetivas de quem habita os territórios e/ou com eles estabelece uma relação de proximidade — abordagem

¹ <https://ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/projetos-financiados/ejmapping-contra-mapear-conflitos-de-justica>

a que chamamos “contra-mapeamento”. Diferentes métodos vão possibilitar: (a) a análise histórica dos conflitos e das lutas por justiça ambiental em Portugal; (b) a caracterização da atualidade das lutas ambientais através de um inquérito nacional que incide no período pós-2018; (c) a produção de um mapa nacional; e (d) o desenvolvimento de estudos de caso a selecionar nas regiões Centro, Alentejo e Algarve. Em cada um dos estudos de caso, é possível que venham a ser utilizados métodos como entrevistas, observação participativa, mapeamento de corpo-território e de saúde ambiental, bem como percursos para recolha de imagens e sons. Mais informação sobre o projeto será futuramente partilhada numa página de internet dedicada.

Um passo inicial que se considera importante é a criação de uma comunidade de pares que possa acompanhar e participar no projeto. O envolvimento pode acontecer de várias formas, entre as quais se identificam pelo menos três: (a) ser informado/a acerca das atividades do projeto e poder identificar oportunidades futuras de envolvimento; (b) oferecer retroalimentação e perspetivas críticas a partir das suas experiências; e/ou (c) cocriar uma visão e objetivos comuns para o projeto, de acordo com as lutas ambientais existentes em cada território.

Compilando os vários conflitos ambientais referidos durante o encontro, indicam-se alguns dos seus principais âmbitos: mineração, mega-projetos de produção de energias renováveis (ex. centrais fotovoltaicas, eólicas, híbridas, projetos de hidrogénio verde, etc.), monoculturas florestais (principalmente de eucalipto) e agrícolas de produção industrial, incêndios, gestão danosa da água, organismos geneticamente modificados e perda de sementes autóctones, perda de biodiversidade, centros de dados (*data centers*), entre outros. Os exemplos específicos não são indicados no corpo principal do texto, mas encontram-se compilados no Anexo 1 (ver página 21).

PROGRAMA DO ENCONTRO

- 9.30-10.00 Chegada de participantes
- 10.00-10.30 Boas-vindas e apresentações
- 10.30-11.00 Apresentação do projeto EJMapping e conversa aberta
- 11.00-12.00 Discussão em grupos sobre investigação-ação participativa e sua relação com a justiça ambiental
- Iremos refletir em grupos sobre os objetivos, teorias, métodos e contextos políticos da investigação-ação*
- 12.00-12.30 Partilha de reflexões entre grupos
- 12.30-14.00 Almoço
- 14.00-15.00 A construção de uma comunidade alargada de pares e as várias formas de envolvimento no projeto
- Iremos refletir coletivamente sobre as formas possíveis de participação para a co-construção do EJMapping*
- 15.00-15.30 Pausa-Café
- 15.30-17.30 Roda de conversa: “Academia e lutas pela justiça ambiental em Portugal”
- Bruno Candeias, do Sindicato das Indústrias, Energia, Serviços e Águas de Portugal (SIEAP) e da rede Tirem as Mãos do Litoral Alentejano (TAMLA)
- Lanka Horstink, membro fundadora da organização Grupo de Ação e Intervenção Ambiental (GAIA) e investigadora do Instituto Politécnico de Viseu
- Ivan Barbeira, do Encontro Local Pela Justiça Climática em Coimbra, e estudante do Mestrado em Antropologia, Globalização e Alterações Climáticas na Universidade de Coimbra
- Joana Rego e Rosa Guedes, da Plataforma Água Sustentável (PAS)

2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Num primeiro momento, a equipa do EJMapping apresentou o projeto, os seus antecedentes, os objetivos, abordagens teóricas e propostas metodológicas (o PDF da apresentação inclui-se no Anexo 2 na página 23).

Contexto: Explicou-se que o projeto EJMapping tem raízes nas atividades e projetos da Oficina de Ecologia e Sociedade (ECOSOC)², um grupo de trabalho do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que reúne estudantes de doutoramento e investigadores(as) para aprofundar a análise, co-produção de conhecimento e ações sobre assuntos socioambientais. Em específico, pessoas da ECOSOC organizaram entre 2014 e 2017 um projeto de mapeamento participativo de conflitos ambientais, que produziu um mapa temático de Portugal no Atlas de Justiça Ambiental³, uma plataforma que documenta conflitos ambientais a nível global; e o livro e página de internet *Portugal: Ambiente em Movimento*⁴, com uma documentação e análise de 65 casos de conflitos ambientais. Dessas experiências surgiram a organização de textos com ativistas e organizações e um número temático da revista *CES Contextos* intitulado “Diferentes formas de dizer não: Expressões de conflitos ambientais de mineração e petróleo em Portugal e na América do Sul”⁵. Finalmente, entre 2017 e 2019 o grupo também liderou a implementação do projeto *Toxic Bios* em Portugal⁶, que incluiu dúzias de vídeos-entrevistas de ativistas ambientais.

Metodologias e Cronograma: Depois de apresentar os objetivos do projeto (ver seção introdutória deste relatório), a apresentação detalhou a organização do projeto em três fases: (1) Lançamento (05/2025-05/2026), focado na consolidação da equipa, criação da comunidade alargada de pares e desenvolvimento da revisão de literatura e inquérito nacional; (2) Enraizamento (04/2026-04/2027), focado no desenvolvimento e implementação colaborativo com associações parceiras da investigação-ação para cada estudo de caso; e (3) Devolução (04/2027-04/2028), focada em apresentações e discussão de resultados, publicações e outras atividades com as associações parceiras e com um público mais alargado, incluindo com as comunidades participantes.

Metodologicamente, o projeto visa incluir uma diversidade de ferramentas quantitativas e qualitativas, incluindo o referido inquérito, entrevistas, observação participativa, mapeamento de sons e imagens, de saúde ambiental, de memórias e corpo-território. Como estudos de caso, propõem-se três regiões com foco temático diferente: (1) Centro – Coimbra, com foco nos conflitos de Mobilidade e Espaços verdes; (2) Alentejo - Sines, focada nos conflitos na interseção entre Trabalho e Energia; e (3) Algarve – Faro, com foco nos conflitos de Terra e Água.

² www.ces.uc.pt/ecosoc

³ <https://ejatlas.org/featured/portugal>

⁴ <https://www.geota.pt/storage/app/media/noticias/2020/2020-09-07/Portugal-Ambiente-em-Movimento-2019.pdf>

⁵ https://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_xvii.pdf

⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=ZNkw-CQuV80>

3. DISCUSSÃO EM GRUPOS | Investigação-ação e justiça ambiental

Houve uma breve ronda de apresentações entre as pessoas presentes e um breve momento de apresentação do projeto (com base no descrito na secção acima). Foram depois estabelecidos quatro grupos. Este momento inicial de diálogo propôs uma discussão sobre investigação-ação participativa e sua relação com a justiça ambiental através de quatro lentes diferentes: objetivos, teorias, métodos e contextos.

3a. Grupo de reflexão sobre *Objetivos*

Este grupo focou-se na relação potencialmente simbiótica entre a academia e o ativismo, visando ao seu empoderamento.

Propostas de reflexão que inspiraram a discussão:

- Que tipo de dados ou provas científicas são mais urgentes para validar as reivindicações perante as autoridades? (Visibilidade e validação científica);
- Que ferramentas ou competências os/as investigadores/as poderiam transmitir para que as organizações continuem a monitorizar e combater estas injustiças autonomamente no futuro? (Capacitação e continuidade);
- Quais as visões e propostas concretas para um desenvolvimento equitativo e ecologicamente sustentável que os/as investigadores/as possam ajudar a sistematizar, por exemplo, em planos locais, regionais e/ou nacionais? (Criação de alternativas de política).

Baseado nestas perguntas, o grupo identificou várias formas através das quais a academia poderia apoiar as lutas ambientais: produzindo evidências e crítica, visibilização e ferramentas, ação e sustentação no longo prazo, gerando cruzamento de saberes, disponibilizando fontes de informação, reconfigurando o léxico e promovendo mudanças em políticas públicas.

- **Produzir evidências:** Há uma necessidade urgente de evidências científicas concretas e contextualizadas para dar peso político às reivindicações. Isto inclui dados localmente relevantes (estatísticas, análises históricas, mapeamentos) que liguem diretamente os impactos ambientais (e.g. de incêndios, poluição) ao bem-estar das comunidades. Os estudos devem ouvir as pessoas afetadas. Além disso, a investigação deve servir para desmascarar manipulação e deturpação de informação. Por exemplo, a “transição energética” tem sido, por vezes, usada para falsear muitas lutas, servindo interesses estabelecidos e favorecendo o *status quo* de grupos que concentram poder em âmbito local, nacional ou global. A academia é importante para fornecer dados.
- **Produzir crítica:** É necessária uma ciência crítica e descolonizada, com evidências que questionem e contrariem a narrativa dominante que costuma promover soluções baseadas na tecnociência. As tecnociências estão aliadas ao poder económico vigente, o que facilita o *upscale* e *uptake* público, mas por vezes não conseguem

compreender a ecologia. É fundamental uma ciência que não legitime ações ambiental e socialmente destrutivas. Trata-se de evitar que o poder económico seja a única força motriz e traçar limites bem definidos sobre que impactos se podem tolerar.

- **Cruzamento de saberes:** Para ultrapassar a crise de legitimidade da academia frente à sociedade, propõe-se uma colaboração prática onde o conhecimento académico e o saber territorial se cruzem. Isso implica que investigadores/as vão ao território e que as comunidades participem ativamente na produção e interpretação de dados. A sistematização de conhecimento deve resultar em propostas políticas (locais, regionais, nacionais) que reflitam as visões das comunidades, combatendo a "ditadura das convicções" atual e oferecendo caminhos concretos para um desenvolvimento verdadeiramente equitativo. O conhecimento produzido numa investigação sobre um território tem de voltar à comunidade, senão acentua-se a crise da confiança.
- **Produzir ferramentas e visibilização:** As organizações que trabalham e lutam pela justiça ambiental necessitam de ferramentas e conhecimentos para continuar a monitorizar os problemas autonomamente. Ferramentas de georreferenciação e cartografia digital foram citadas como essenciais para este fim. Ferramentas de visualização, como mapas e cartografias participativas (ou contra-mapeamentos), consideraram-se instrumentos poderosos para tornar visíveis injustiças, conectar lutas territoriais dispersas e criar narrativas alternativas às oficiais. O mapeamento permite também identificar padrões de conflitos e lutas.
- **Disponibilizar fontes de informação:** Está em falta uma plataforma de consulta pública onde a informação sobre os processos de contestação e conflito seja continuamente atualizada e acessível, garantindo que o conhecimento gerado não se perde e que possa servir como ferramenta permanente de luta. Seria importante que a plataforma tivesse efetivamente utilidade, impacto e um efeito duradouro e prático.
- **Reconfigurar o léxico:** Foi proposta uma mudança de linguagem e perspetiva — de “ambiente” para “ecologia”, de “justiça climática” para “justiça ecológica” —, promovendo uma visão integrada, que não se refira ao ambiente como algo externo. A proposta tem carácter não-antropocêntrico e visa combater a compartimentação do pensamento (relacionar ar, solo, água, poluição, alterações climáticas e perda de biodiversidade com a crise ecológica). Há uma linguagem/narrativa dominante que consolidou a percepção da ecologia não como uma ciência mas como uma ideologia. A iliteracia ecológica é uma lacuna propositada do conhecimento, que se revela como a marca de água da crise civilizacional global. Isolar as diferentes partes dos ecossistemas legitima o extrativismo e as ações isoladas e muitas vezes superficiais de conservação, restauro, proteção, ou compensação, que se resultam insuficientes ou inclusive contraproducentes. A academia poderia construir alternativas para contrariar isto em parceria com os movimentos.
- **Promover mudanças em políticas públicas:** Também foram mencionadas propostas legislativas, com inspiração em casos concretos (como o reconhecimento jurídico da água como um entidade com direitos), demonstrando a criatividade jurídica e política que pode nascer das lutas populares em aliança com a academia.

- **Produzir ação:** As alternativas passam por ações tangíveis no terreno, centradas no pensamento ecológico cuidado, no restauro e não apenas na exploração/extratativismo, como a substituição de eucaliptais por florestas autóctones diversificadas, que também podem ser produtivas, mas a produção/extração não são a sua única função.
- **Produzir resiliência:** É necessário construir, ao longo do processo, autonomia e resiliência que vá além do ciclo de um projeto de investigação.

3b. Grupo de reflexão sobre *Métodos*

Este grupo discutiu a utilidade das metodologias de Investigação-Ação Participativa (PAR) consideradas pelo projeto.

Propostas de reflexão para inspirar discussão:

- Qual a utilidade de um mapeamento nacional de conflitos ambientais? Que formatos de mapas poderiam ser úteis para compreender, visibilizar e divulgar os conflitos?;
- Como podemos mapear os sons, imagens e sentimentos associados a essa luta?;
- Como podemos garantir que o conhecimento gerado (os mapas, os artigos, os relatórios) regressa efetivamente às comunidades e serve os vossos interesses imediatos?

Baseado nestas perguntas, o grupo refletiu sobre os seguintes temas chave: os modos de priorizar e categorizar conflitos, a adequabilidade dos métodos, o anonimato dos participantes, o mapeamento de emoções e práticas, bem como sobre continuidades e insucessos nos conflitos e o potencial de tecer redes e descentralizar poder e tomada de decisões.

- **Modos de priorizar e categorizar conflitos:** Mapear pode ajudar a reunir esforços para priorizar, focar ou dirigir atenção para questões chave que são prioritárias e em relação às quais seja preciso oferecer maior apoio. A nível territorial ajuda a ter perspetiva dos conflitos e a incluir e sobrepor várias camadas de informação, por exemplo, construção e solos, energias, etc. Também podem tecer bases para relacionar os efeitos observados com os instrumentos de política e com ações e omissões da administração pública, permitindo identificar oportunidades de melhoria no desenho e execução das políticas públicas relevantes.
- **Adequação dos resultados da investigação:** A utilidade do que se fizer depende de quem é o público-alvo e identificam-se três grupos com maior interesse potencial: movimentos, políticos no poder e académicos. Os objetivos desses grupos não estão necessariamente alinhados e podem até ser opostos. Para os movimentos, a cartografia pode visibilizar as lutas, promover a criação de redes e ajudar as pessoas a identificar onde e como podem contribuir. Contudo, a partir da literatura sabe-se que há práticas de resistência que os movimentos querem manter invisíveis, assim, será importante

informar-se sobre o que é desejável visibilizar para os movimentos. Para os políticos no poder, mapear conflitos e resistências pode ter um efeito que lhes é desejável para reprimir movimentos que colidam com a sua agenda, ou, eventualmente, ver causas às quais se possam dedicar (especialmente, ao nível autárquico). Finalmente, para quem trabalha na academia, o mapeamento pode ajudar a análises robustas, a definir posicionamentos, parcerias e temas de estudo e a avançar na progressão da carreira académica. Também é importante considerar que há informação escrita em linguagem académica que pode não ser adequada a pessoas sem formação técnica especializada nos temas. Uma possível forma de resolver isto e de juntar os objetivos de movimentos e académicos é ter uma estratégia múltipla dos resultados: alguns resultados a serem preparados e partilhados para a academia, e outros para a população a nível geral. Há que fazer seleção de quais mapeamentos/informações vão ser para movimentos e quais para a academia.

- **Tecer Redes:** O mapeamento pode assim ser utilizado como uma ferramenta para partilha de informações e para tecer ligações e relações entre casos e associações locais. Serviria como uma plataforma na qual se poderia **obter informação útil para associações locais**, por ex., informação sobre outras associações que estejam a trabalhar no mesmo tema/setor, por ex., em renováveis ou em água.
- **Anonimato:** Nos mapas de sons e imagens as questões éticas são importantes e é crucial considerar que informações (e imagens) se podem publicar abertamente, e que informações não se devem publicar ou se devem partilhar só com movimentos. A identificação de pessoas pode ter consequências negativas para quem é identificado, incluindo afetar a sua posição profissional ou levar a repressões. É importante ter diretrizes bem claras sobre isto. Além do mais, os projetos académicos devem estar conscientes de que há coisas que não devem ser publicadas, o que vai contra as lógicas académicas dominantes.
- **Descentralizar:** Havendo uma plataforma de mapeamento digital, seria interessante se as próprias associações pudessem estar encarregadas dela e, assim, poderiam filtrar as informações que gostariam de disponibilizar para o público em geral.
- **Mapear emoções e práticas:** O contra-mapeamento possibilita caracterizar aquilo que normalmente escapa ao mapeamento convencional. Os mapas sensoriais têm muito potencial de mobilização, assim como o teatro, que mobiliza imagens, sons, histórias, corpos e, a partir daí, pode gerar um entendimento particular do que está a acontecer. Também seria interessante mapear o que está a ser feito, um “mapeamento das práticas”, os recursos disponíveis, eventos na rua, redes sociais, imagens, teatro.
- **Mapear continuidades, repressões, e (in)sucessos:** Há que mapear as partes em conflito e o que funcionou e o que não funcionou para a resolução do conflito, bem como as repressões que por vezes sofrem as pessoas envolvidas. Há que incluir também a dimensão histórica e partir das bases de mapeamento já feitas. A atualização dos mapas é muito importante porque há movimentos pouco duradouros.

3c. Grupo de reflexão sobre Teorias

Este grupo focou nos entendimentos sobre conflitos e justiça, e a relevância das perspectivas das periferias, do "sul global" e decoloniais.

Propostas de reflexão para inspirar discussão:

- O que é um conflito ambiental e o que é a justiça no contexto destes conflitos?;
- Como as diferenças entre contextos (rurais e urbanos, norte e sul, este e oeste) geram diferentes ideias e engajamentos com a justiça ambiental?;
- Quais os conceitos-chave que podem nos ajudar a entender os conflitos ambientais atuais em Portugal? Qual a relevância de análises sobre capitalismo, colonialidade, centro-periferia, raça, género, classe?

O grupo debateu sobre os entendimentos à volta de conceitos-chave como democracia e participação popular e também sobre o poder, danos e abandono e conflitos. Por trás esteve a pergunta de quem tem poder para criar conceitos e teorias.

- **Conceitos-chave:**

- **Democracia ecológica:** Conflitos como resultado de visões do mundo diferentes, que fazem parte da democracia.
- **Participação popular/cívica:** Há entraves à participação. Por exemplo, há consultas públicas no ordenamento do território que são feitas de forma a dificultar a participação das pessoas. Há comunidades locais invisibilizadas nas decisões sobre a transição energética. A participação tem que ser efetiva e vinculativa.
- **Crise da democracia:** Como enquadrar a participação na crise da democracia? Há necessidade de reimaginar a participação pública além das formas institucionais, por exemplo, em assembleias populares. Há também o problema do que se refere como a “**ditadura da maioria**”, ou da ditadura de quem tem maior facilidade em navegar os espaços criados para a participação, que se tornam vozes desproporcionais, pouco representativas.
- **Desinformação:** Populações afetadas são alvo de desinformação pelos media.
- **Reimaginar:** Reimaginar de forma tão realista quanto possível pode mostrar alternativas e pode ser muito útil para a disrupção do *status quo*. As assembleias cidadãos/populares foram sugeridas como um exemplo, e também, as assembleias municipais (ou de juntas de freguesia). Embora estas últimas em princípio já têm este papel, praticamente não são participadas, pelo que deve aumentar-se o conhecimento da sua existência e o interesse em participar.
- **Centro-periferia:** No sistema-mundo capitalista, o ambiente e a natureza são sistematicamente tratados como periféricos — como se fossem espaços por conquistar, distantes, não dominados, o “selvagem”. A mesma lógica aplica-se às comunidades relegadas para essa periferia: meios rurais, populações empobrecidas e desvalorizadas, frequentemente retratadas como sem instrução ou ignorantes, que acabam por sofrer de forma desproporcionada as desigualdades produzidas por esta estrutura centro-periferia.

- **Uma Só Saúde (One Health):** A saúde das pessoas e das comunidades não pode ser dissociada do ambiente e do mundo que as rodeia. Por isso, fala-se cada vez mais de saúde não apenas como uma condição individual, mas como um fenómeno inseparável do seu contexto socioambiental.
- **Conflito:** Os participantes lançaram várias perguntas para reflexão incluindo: Quem define o que é um conflito relevante? Conflito entre quem, é sobre o quê? O conflito ambiental é mau? Falou-Disse-se que os conflitos ocorrem quando há uma colisão de interesses e sujeitos conscientes disso, ou seja, com interesses díspares, e estão ligados a “ameaças” sobre recursos, usos e propriedade. Nesse sentido, há uma dimensão positiva do conflito, que nos transporta para a realização da divergência de interesses e forças. Há diferenças entre conflito e injustiça, política e moral, consenso e dissenso. O conflito é uma dimensão constitutiva da política e da democracia. A perspectiva política reconhece as diferenças de interesses coletivos (entre classes ou grupos sociais), enquanto a perspectiva moral coloca o problema nos valores individuais. A injustiça ambiental — expressa em desigualdades de responsabilidades e de danos — pode existir sem gerar contestação visível. O conflito desempenha um papel central ao trazer essas injustiças à superfície, tornando-as inteligíveis e politicamente disputáveis. É no conflito que emergem interesses opostos, assim como possibilidades de coordenação perante um adversário ou um problema comum, abrindo espaço à mobilização coletiva e à formulação de alternativas. Nesse sentido, a eclosão do conflito representa um progresso face a consensos ilusórios e naturalizados. Para a democracia radical, o desacordo não é um problema a resolver, mas um elemento essencial a preservar.

O **conflito de classes** é também um conflito ambiental, ou seja, expressa-se, se expressa, de uma ou de outra forma, mais direta ou indireta, na dimensão ambiental. A exploração do trabalho sob o capitalismo é a contraparte da espoliação da natureza. O “ambiente” manifesta-se, assim, como o conjunto das condições de trabalho e da sua reprodução: a habitação é o modo como o trabalho se protege do clima; a alimentação, a agricultura, a qualidade e o acesso à água são condições mínimas de sobrevivência; a saúde — entendida não apenas na sua relação com o corpo, mas também com fatores “naturais” externos, como doenças, pandemias ou ondas de calor — integra plenamente as condições de trabalho. Todos estes elementos fazem parte estrutural do conflito de classe, do valor do trabalho e da produção da desigualdade social.

Há sempre injustiça, mas quando passa a ser um conflito? Nesse sentido, os participantes perguntaram-se quando começa o conflito? Quando se organiza? Porquê? De onde vem a angústia? **Protoconflito** foi sugerido como conceito que poderá definir situações de conflito silencioso, em que poderá não haver capacidade de negociação ou de organização. Também se falou em **conflitos latentes**, que podem ser mais fortes no futuro (como pode parecer vir a ser o caso dos chamados “eucaliptais”). Há uma questão de “**agência**” ligada ao conflito, que levanta dúvidas sobre quando não há “sujeito afetado”, ou seja, a pergunta de conflito para quem? É preciso os humanos serem impactados? Ex., tempestade como “agência” das alterações climáticas?

- **Poder:** A (in)justiça é atravessada por desigualdades e relações de poder. Existem injustiças que são vividas, mas que não se expressam publicamente porque o poder impõe um consenso que as tenta silenciar. Apesar disso, continua a haver muitas vezes a expor situações de injustiça, pelo que a questão central é quando, e em que condições, essa injustiça se transforma em conflito. O conflito emerge apenas quando há consciência de interesses opostos? Por vezes, as próprias comunidades afetadas não reconhecem que estão a sofrer violência. A passagem da injustiça ao conflito depende da agência dos sujeitos e do grau de consciência coletiva. Além disso, os conflitos manifestam-se em diferentes escalas e graus de visibilidade.
- **Danos e Abandono:** A justiça assenta sobre a identificação das partes afetadas. Há uma questão de “agência” e dos sujeitos dos danos, e também da (des)naturalização da ideia de danos, particularmente no contexto de eventos climáticos extremos e outros desastres ambientais. Os participantes perguntaram se, quando não há “sujeito afetado”, há mesmo danos e se é preciso os humanos serem impactados para considerar ‘danos’. Sobre a agência, questiona-se se um fenómeno ambiental que causa danos, por exemplo, uma tempestade, pode ser considerado como parte da agência ou resistência do ambiente. Ou seja, o impacto desigual das tempestades é “agência” das alterações climáticas ou são as políticas que fazem com que este fenómeno afete de forma desigual as comunidades? No caso do ‘abandono’ (ou ‘esvaziado’) de territórios rurais, haveria que perguntar-se quais as causas do abandono/esvaziado e se são causas sociais ou ambientais; e quais os danos –sociais e ambientais– desse processo.

3d. Grupo de reflexão sobre *Contextos*

Este grupo focou-se na evolução histórica dos conflitos, as condições político-económicas, culturais e geográficas em que aconteceram, e as lacunas atuais de conhecimento.

Propostas de reflexão para inspirar discussão:

- Como é que as lutas ambientais mudaram desde a transição democrática até à atual era de 'transição verde' e políticas neoliberais?
- Quais são os territórios ou setores que consideram ser os atuais hotspots de injustiça ambiental em Portugal? Quais deles ainda não estão devidamente visíveis ou estudados?
- Como é que as vossas lutas locais se conectam com questões globais de exploração, capitalismo, colonialismo, racismo, machismo, desigualdade de classes?

Ao responder a estas perguntas, o grupo refletiu sobre a tendência conservadora das políticas públicas, as diferentes escalas e a desvalorização da escala local, as desigualdades de classe, a historicidade dos conflitos e a relação entre conflitos passados e atuais, a falta de ação e as novas formas de ação, o capitalismo *versus* o consumismo e a colonialidade como fatores estruturantes, a intangibilidade e invisibilização de alguns conflitos.

- **Políticas públicas:** Há uma tensão conservadora no contexto político. Se bem que o Estado não está totalmente demitido das suas funções reguladoras de atividades

de extração com impacto socioambiental – como se vê pelos projetos rejeitados pela APA ou ICNF– existem omissões e lacunas, algumas sistêmicas e outras contextuais. Mesmo assim, algumas pessoas participantes julgaram pertinente salientar que é importante traduzir a análise de um conflito em termos de propostas concretas para políticas para o contexto nacional e europeu.

- **Escalas:** A escala local é discriminada em relação a escalas maiores. A reivindicação local é discriminada e tida meramente como NIMBYismo⁷ e, quando não há capacidade de articulação dos movimentos, a reivindicação local fica refém de argumentos que têm por base a responsabilização individual sobre os conflitos. Por outro lado, a escala local adquiriu alguma importância quando os interesses económicos locais são integrados nas lutas. Também se referiu a escala temporal dos conflitos e dos danos como dimensão de injustiça, e a questão geracional, onde os jovens por vezes são deixados ‘de lado’; em outros casos, não estão investidos no assunto (tal como os idosos) ao ponto de se envolverem.
- **Classe:** A desigualdade de classe é um contexto de invisibilização a vários níveis. Por um lado, há crescente precariedade alimentar e vulnerabilização, em particular, desde recentemente há uma nova classe de exploração que se consolida no âmbito da exploração agrícola industrial: a mão de obra imigrante em ambientes tóxicos. Neste contexto, a relação entre as lutas laborais e a luta ambiental é central, em particular no sentido das relações com o território e da sua relação com o trabalho. Por outro lado, a luta ambiental foi também apresentada como um lugar de privilégio, pois quem está em situações de vulnerabilidade não tem a mesma possibilidade de se dedicar a lutas ambientais como pessoas em situação economicamente mais estável (exemplo: a eucaliptização e a nova revolução verde da transição energética são preocupantes para quem tem possibilidade de se preocupar com eles).
- **Historicidade:** Sabe-se muito pouco sobre os conflitos e lutas ambientais durante o Estado Novo. Também a este nível, a Revolução de 1974 foi uma transição importante e o acesso à informação terá, além de tudo o mais, jogado um papel determinante. O acesso à informação determinou a emergência de lutas ambientais. Contudo, houve sítios de conflito, protestos e resistência ativa no passado e que se desmantelaram sem que tivessem surgido novos - o que mudou? Seria interessante compreender.
- **(In)ação:** Se é verdade que há uma crescente ansiedade climática entre os jovens e alguma força mobilizadora e de ação direta, é também verdade que há falta de participação cívica. Imaginou-se as causas dessa inação em termos de falta de tempo, falta de cultura de reivindicação, falta de espaços de participação, ou haverá um desconhecimento dos direitos?

⁷ O conceito de NIMBY, cujas siglas em inglês significam "Não no meu jardim" ("Not in My Backyard"), surge como uma crítica conservadora aos movimentos de justiça ambiental nos Estados Unidos.

- **Capitalismo e consumismo:** Durante a conversa foi revisitada várias vezes uma ideia em debate que se prendia com o contexto político que promove conflitos ambientais. Havia quem defendesse o consumismo como elemento estruturante da relação de afastamento das pessoas com o ambiente e havia quem colocasse ênfase no capitalismo como contexto principal que desencadeia conflitos ambientais. Reuniu mais vozes a ideia de que a estrutura económica é fundamental para a produção do modelo social e que o modelo de transição não é verde. Pelo contrário, em nome da transição verde, por vezes, estão a destruir-se modelos e modos de vida que são mais sustentáveis do que aqueles que estão a impor. Alguns aspectos da transição verde – especialmente na sua versão corporativa – são um processo que expande o capitalismo e o consumismo e já o estamos a viver.
- **Colonialidade:** A colonialidade foi mencionada várias vezes e identificada como aplicável a vários contextos: na União Europeia, na relação entre Portugal e os países anteriormente colonizados e no contexto do território português. Estas relações de colonialidade não são publicamente reconhecidas. À escala Europeia, Portugal aparece como um lugar periférico, recipiente de propostas de turismo e de extrativismo, ambas em benefício de outros contextos que não quem habita o território. Um exemplo recente prende-se com Portugal produzir hidrogénio verde que não é consumido internamente, sendo direcionado ao mercado de exportação. Além disso, os programas de investimento no contexto da União Europeia são contraditórios entre si e geram iniciativas e realidades contraditórias. A adesão à União Europeia terá tido um papel estruturante para a relação com o território, que se terá desenvolvido em consonância com a consolidação de um outro tipo de colonialidade. Há uma relação colonial entre os lugares tidos como “interior” e os tidos como “litoral” em que o interior é idealizado em função das agendas que o poder político, centrado nas prioridades do litoral, dita. Foi também discutido o rigor desta categorização, pois as relações de poder não são fiéis à geografia no sentido absoluto. Estabeleceu-se algum consenso em relação à ideia de que o fator mais determinante para analisar esta questão será, não tanto a relação ‘interior’/‘litoral’, mas o efeito da densidade populacional. A baixa densidade populacional, significando menos peso eleitoral, provoca o esvaziamento da atenção. Seria interessante fazer uma cartografia da interioridade a partir deste ponto de vista: a interioridade não como ideia geográfica, mas sim ligada ao poder eleitoral.
- **Invisibilização e (in)tangibilidade:** Foi largamente consensual a ideia de que há conflitos que permanecem invisíveis e outros que recebem mais atenção. Foi mencionado que iniciativas de mapeamento anteriores fizeram uma seleção de casos, o que resultou na exclusão de propostas de representação referentes a conflitos ambientais específicos. Os critérios conducentes à seleção permaneceram por compreender. O que não é reportado torna-se inexistente na opinião pública e este processo de exclusão trata-se em si de um contexto de (in)justiça. Como trazer um conflito invisível para o visível? Que legitimidade têm os projetos de investigação para selecionar os conflitos mais importantes? Estes filtros académicos reproduzem invisibilidades. O ato de selecionar pode ser redutor, invisibiliza conflitos localizados e que se desenrolam em contexto de baixa população. O ato de selecionar é político e os que são rejeitados deixam de existir para a opinião pública, dando-se

visibilidade àqueles que de qualquer forma já receberiam mais atenção. Há conflitos ambientais que não são representados por humanos ou que nem sequer são tangíveis ou passíveis de serem percebidos (o exemplo dado foi o da água a decrescer em lençóis freáticos e inacessíveis à percepção humana).

- **Disrupção:** Ligado ao tema da (in)visibilização das lutas, o grupo falou em como a comunicação social distribui a atenção de forma acumulada, não dando visibilidade nacional ou internacional a vários conflitos. Para que um movimento invisibilizado ganhe atenção mediática, em particular se se situar num contexto rural, é necessário chamar a atenção da comunicação social, o que normalmente acontece através de contactos privilegiados que facilitam essa ligação ou através de atividades de disrupção de base que produzem visualizações. A luta em contexto rural é muito mais desafiante e invisibilizada do que lutas em contextos urbanos. Apenas a disrupção pode tornar o 'rural' ou o 'interior' visíveis, ou seja, só se visibilizam as lutas mais disruptivas.

4. DEVOLUÇÃO DOS GRUPOS E REFLEXÃO EM PLENÁRIA

Após as rodas de conversa que aconteceram dentro de cada grupo, as principais ideias de cada conversa foram partilhadas com o grande grupo por um porta-voz. Seguiu-se um momento de debate a partir do qual foi possível identificar ideias que congregaram algum peso de consenso e outras que se apresentaram como mais controversas (ver caixas abaixo).

consensos...

- Há que visitar mapeamentos anteriores formais e informais e construir a partir do que existe;
- É importante criar um mapeamento com uma interface acessível e descentralizável;
- Refletir sobre como se define um conflito;
- Reduzir os critérios de seleção de casos de conflito que venham a ser incluídos nos meios de reporte;
- Lidar com a tensão entre o moral e o político e entre o individual e o coletivo;
- O ato de (re)imaginar deve ser promovido;
- É necessário publicar de forma consciente para que não funcione a favor da consolidação de estratégias de contrainsurgência;
- Há que olhar os conflitos às escalas territorial e nacional (e, até, internacional);
- É importante reconhecer a co-construção dos processos;
- O medo e a vulnerabilização são fatores de desmobilização;
- As associações e movimentos têm autonomia e capacidade para determinar as suas formas de luta;
- É importante ir criando maneiras de engajar a academia nas lutas de forma a que desempenhe um papel específico, adequado e útil.

... & controvérsias

- Papel e legitimidade de ações de desobediência civil nas lutas ambientais;
- Subjetividade da noção daquilo que instrumentalmente, historicamente e/ou politicamente se identifica como “terrorismo”;
- Legitimidade de assembleias populares como lugares de decisão e de consolidação democrática;
- Eficiência de uma reforma fiscal ambiental para a resolução de conflitos ambientais;
- Utilidade de instrumentos de mercado para proteger o ambiente;
- Importância da utopia como eixo orientador da luta ambiental;
- Integração de parceiros institucionais e produtivos no projeto e nos processos de luta pela justiça ambiental.

Neste momento do encontro houve uma crítica formulada à organização do evento que se julga pertinente incluir neste relatório, e que se refere à ausência de parceiros institucionais e dos setores produtivos considerados chave. Em resposta ao comentário sobre essa ausência, alguém perguntou se isso também incluiria empresas de celulose, gerando uma troca de ideias na qual várias pessoas expressaram a opinião de que empresas causadoras de danos socioambientais, e contra as quais estão focadas as lutas, não devem ser convidadas. A reflexão, além de pertinente, também permitiu à comissão organizadora explicar como pensou a estratégia de envolvimento e divulgação do evento.

O compromisso inicial da organização pautava-se pela ideia de que os convites deveriam ser enviados a uma base alargada de pessoas e instituições comprometidas com estes temas. Assim, foi referido que entre instituições, associações, movimentos, investigadores/as, ativistas e jornalistas, o EJMapping enviou convites a 579 pessoas singulares e coletivas (29 convites foram devolvidos). Para construir esta base alargada de pessoas, instituições e coletivos, recorreu-se: (a) à base de dados de projetos de mapeamento anteriores como o Portugal em Movimento; (b) a listagens e bases de dados de associações ambientais e comunitárias online; (c) à pesquisa alargada de investigadores/as, equipas e projetos; e (d) a instituições públicas relevantes e envolvidas em questões de ambiente. Não foram contactadas empresas implicadas em conflitos ambientais. O evento contou com 116 pessoas inscritas e, destas, 68 pessoas não foram diretamente convidadas pelo projeto, o que significa que, além do esforço de divulgação e tentativa de integrar interlocutores envolvidos em conflitos e lutas ambientais, a divulgação do evento também foi abraçada pelas redes de partilha de informação que nos circundam.

5. REFLEXÃO INDIVIDUAL E EM GRANDE GRUPO | Focos para a pesquisa

Durante a tarde, houve uma reflexão individual e coletiva acerca da construção de uma comunidade alargada de pares e diferentes formas de interação com o projeto e propostas de estudos de caso. Este momento seguiu-se à apresentação de quatro associações, organizações e movimentos que partilharam a sua experiência e reflexões: Bruno Candeias

do "Tirem as mãos do Alentejo litoral", Ivan Barbeira do Encontro de Justiça Climática em Coimbra; Lanka Horstink do GAIA, e Rosa Guedes da Plataforma Água Sustentável (ver programa na p. 5).

Compilam-se abaixo as ideias que foram partilhadas relativamente ao foco e abordagens potenciais que podem inspirar o EJMAPPING:

- **Eixos temáticos prioritários:** Identificaram-se três eixos temáticos que incluem múltiplos conflitos: (1) questão florestal e incêndios; (2) água; e (3) transição energética (centrais fotovoltaicas, biomassa). Qualquer um destes eixos é relacionável com as alterações climáticas.
- **Estudos de caso potenciais:** Foram mencionadas sugestões de estudos de caso (ver o Anexo 1 na p. 20) que aprofundam ou problematizam as temáticas que se assinalam no ponto anterior, exatamente por serem zonas de sacrifício, zonas de re-industrialização e, geralmente, zonas de baixa densidade populacional.
- **Contributos da academia às lutas:** A academia pode colaborar através de mapeamento, mas pode também estar presente nos conflitos e participar nas consultas públicas e nos estudos de impacto ambiental, contribuindo com fundamentos técnico-científicos e jurídicos. O contributo da academia também pode ser realizado através de abordagens que estabelecem:
 1. Análises comparativas entre diferentes casos: histórias específicas, desfechos particulares de conflitos, sucessos e insucessos das lutas;
 2. Correlação de projetos energéticos com projetos noutras áreas (ex. água, florestas);
 3. Estudos dos efeitos cumulativos geográficos de projetos individuais a nível regional (territórios "pluri-stressados") e nacional, e os efeitos cumulativos temporais (dimensão histórica): o impacto cumulativo está previsto na legislação europeia (AIA), mas a sua aplicação à legislação portuguesa não está a considerar esta relação entre os impactos;
 4. Análises históricas dos paralelos e ligações entre movimentos ao longo do tempo;
 5. Estudos sociológicos com as comunidades para se entenderem as mobilizações bem como a sua falta;
 6. Escrutínio de argumentos falsos e estratégias de *greenwashing* e pôr em questão o que é o progresso⁸;
 7. Animar e ligar as redes para criar apoio às lutas;
 8. Identificar os efeitos da inação popular perante impactos socioambientais;
 9. Criar espaços de escuta e aprendizagem coletiva;
 10. Mapeamento e análise crítica dos Projetos de Interesse Nacional (PIN) e Europeus;
 11. Mapeamento de ilegalidades dos projetos de extração.
- **Metodologias:** A história oral foi referida como metodologia muito importante para estudo de casos históricos, particularmente antes do 25 de abril. Também foram

⁸ Por exemplo: questionar o argumento de que "a água está a perder-se no mar" que se utiliza para justificar as barragens, apontando para as causas reais da seca; bem como o argumento de que a agricultura intensiva de regadio contribui para a soberania alimentar, apontando para o fato de que a maioria do que se produz é para exportação;

referidas metodologias imersivas participativas, como a abordagem freiriana no teatro⁹, escuta de sons e histórias e gravação sonora, com alto potencial de criação de espaços de escuta e aprendizagem, mas também para disseminação dos resultados.

- **Razão científica e mobilização:** Um dos pontos debatidos foi se o conhecimento científico mobiliza ou não as pessoas. Alguém sugeriu que estas lutas não se ganham com a “razão” (científica), porque as pessoas sabem que há um problema, mas a grande maioria não age. Isto leva-nos a perguntar qual a raiz da apatia? Alguns expressaram a convicção de que se conseguirmos mobilizar as pessoas a essas lutas, conseguimos travar isto - “não pela razão, mas pela mobilização”. Outra participante arguiu que o problema é uma incapacidade dos ambientalistas de expressar essa razão ambiental de forma clara e convincente. A apatia da cidadania geral é fruto de estratégias do sistema de fazer acreditar que o que é bom para a economia, não é bom para a ecologia. As pessoas veem a ecologia como uma ideologia e não como uma ciência. É preciso também ajudar a imaginar alternativas economicamente viáveis para viver nos territórios.

⁹ Refere-se à metodologia desenvolvida pelo educador brasileiro Paulo Freire, que enfatiza o poder da palavra e baseia-se no diálogo horizontal e na conscientização crítica.

7. FONTES ADICIONAIS / Cartografias Participativas

Durante o encontro, várias das pessoas participantes referiram a importância de integrar o projeto com iniciativas existentes de mapeamentos.

- **EJAtlas - Global Atlas of Environmental Justice:** Mapa global de conflitos ambientais, com mais de 3500 casos sistematizados até o momento, incluindo 21 casos de Portugal num mapa temático. Este foi um dos projetos que serviram de base para o EJMapping. <https://ejatlas.org/featured/portugal>
- **Portugal: Ambiente em Movimento:** um mapeamento e sistematização de conhecimentos sobre os conflitos ambientais em Portugal, presentes e passados, até 2017, com 65 casos. Este foi outro dos projetos que serviram de base para o EJMapping e originou um livro: <https://www.geota.pt/storage/app/media/noticias/2020/2020-09-07/Portugal-Ambiente-em-Movimento-2019.pdf>
- **Toxic Bios:** um projeto que incluiu dúzias de vídeos-entrevistas de ativistas ambientais em vários países, incluindo Portugal. <https://www.youtube.com/watch?v=ZNkw-CQuV80>
- **JustFutures - Futuros Climáticos e Transformações Justas: Narrativas e Imaginários Políticos dos Jovens:** focado no estudo dos imaginários dos jovens em relação ao futuro e às suas conceições de agência na mudança social; inclui um mapeamento de grupos climáticos de jovens, bem como das principais formas de ação dos grupos. <https://justfutures.pt/climact-hub-pt/mapeamento/>
- **Mining Watch Portugal:** rede de monitorização independente para apoiar as comunidades confrontando os impactos da mineração; desenvolveu um mapa dos projetos propostos de mineração de lítio e conflitos associados em Portugal. https://miningwatch.pt/assets/img/O_Litio_Projetos_Concessoes_no_Norte_Centro_Portugal_Concelhos_Municipios_Distritos-rev39-2023-Portugues-64c.png
- **Observatório Ibérico da Mineração - MINOB:** Junto a Mining Watch, desenvolveu um mapa de conflitos mineiros na Península Ibérica. <https://minob.org/portugues/>
- **Mapa interativo online da Guia Smart Siting (localização adequada) Portugal:** estudo de modelação e mapeamento de ZERO e The Nature Conservancy para classificar o potencial de desenvolvimento de projetos de energia renovável e o risco de conflitos com a biodiversidade e com os valores sociais e comunidades no território nacional: <https://tnc-ps-web.s3.amazonaws.com/Renewables/PRT/index.html>
- **BRAVA Rede de Resistência Rural:** projeto para apoiar comunidades em luta contra projetos que esgotam a terra, com fundos, ferramentas, alianças e coragem. Inclui um Mapa de Resistências que identifica as comunidades, com o objetivo de criar redes: <https://rederesistenciarural.org/mapa/>

ANEXO 1. ACERVO DE CONFLITOS AMBIENTAIS

[Convidamos a todos a considerar incluir aqui nesta lista outros casos, e/ou acrescentar informação a algum dos casos já incluídos, mantendo um limite máximo por caso de 200 palavras]

- A. **Transgênicos e sementes autóctones:** produção e alimentos comercializáveis e sem rastreio. É um conflito silencioso, a falta de regulamento em Portugal deixaria entrar todos os transgênicos sem avaliação científica de risco e sem rastreamento. A luta contra os transgênicos está ativa desde 98 (Plataforma Transgênicos Fora), com ações criativas na rua, teatro do oprimido, etc. Ligado a isto há um problema de agrobiodiversidade, de perda de sementes cultivadas, que é outra morte silenciosa que não chega aos debates ambientais.
- B. **Fotovoltaicas de Sophia (e outros):** gerou a maior consulta pública na história de Portugal (12 mil participações), muito mais que para o aeroporto de Lisboa, em parte porque teve mobilização dos moradores, das câmaras, de associações nacionais, e exposição mediática. O caso de fotovoltaicas da Beira também gerou bastante interesse.
- C. **Mineração na Serra Argemela, Beira Interior:** Na mineração “não há nada que escape” em termos de impacto. Na Beira Interior tem tudo: Um projeto de prospeção de lítio que ainda está ativo, eucaliptos e incêndios, fotovoltaicas, biomassa. É uma zona de sacrifício. Desmerecem estas populações como se não merecessem os mesmos direitos. O estado não faz com que as informações cheguem e as populações são encontradas com os factos consumados.
- D. **Litoral Alentejano e Sines:** “tem de tudo”, turismo de luxo a destruir áreas naturais virgens, prospeção mineira (ex Grândola), agricultura intensiva em centenas de quilômetros até Espanha, agricultura em estufas em Odemira com exploração migrante, o complexo industrial de Sines foco da transição energética e digital (*data center*, central de hidrogênio verde), linhas de alta tensão. Há uma re-industrialização, a maior após o 25 de abril, que representa um novo colonialismo industrial na relação com a União Europeia, que escolheu a Sines como foco das políticas do Green Deal Europeu, sem consulta das comunidades. Se fizerem todos os projetos planejados em Sines, vai consumir 60-70% *da energia de Portugal*, e toda a energia renovável que estará a ser produzida. Tudo está ligado, as mega-centrais fotovoltaicas estão a ir mais longe para não intensificar a luta. Essas fotovoltaicas estão a ser feitas para prover energia ao complexo de Sines. Não há transição energética, há expansão energética. Não há planeamento para a dinâmica social que se vai gerar, como por exemplo a demanda de habitação: se projetam 5 mil postos de trabalho novos numa cidade de 10 mil pessoas, e isto representa uma ameaça de gentrificação.
- E. **Algarve:** tem 3 unidades paisagísticas (Serra, Barrocal, Litoral) e em todas há estudos de caso possíveis. Os projetos não são propostos, são impostos e as participações públicas nunca têm perspetiva do efeito acumulativo porque são individuais. Em Barrocal há 2 barragens para alimentar não as torneiras das pessoas, mas o regadio da agricultura intensiva (essencialmente abacates, mas também alguns frutos vermelhos), um dos principais promotores é o líder dos regantes. A Barragem de Alportel, a Ministra

já se está a referir a ela como facto consumado. No Litoral, a dessalinizadora proposta para Faro visa alimentar a agricultura e o turismo, e todos em Algarve queremos turismo, mas não o turismo desorganizado que temos há 20 anos. A Ministra de Energia já diz que vai avançar, sem ainda ter concluído a avaliação de impacto ambiental nem nenhuma participação pública. Lagoas costeiras ameaçadas pela urbanização para habitação de luxo e hotéis. Projetos de construção em Loulé dentro da Reserva Natural da Foz do Almagem. A Câmara Municipal diz que está tudo em conformidade apesar da construção desenfreada.

- F. **Morgado (Tràs-os-Montes):** Impactos cumulativos não só no espaço atualmente mas também no tempo, como a memória e a identidade construída nas lutas incide; como as pessoas se mobilizam com a influência de organizações políticas (ex. comunistas) mas também além delas (ex. Bragança), - contestação contra o lítio faz parte de uma trajetória histórica de lutas aí de c. 100 anos - contra a floresta dos baldios, uma construção de uma colônia agrícola, uma barragem, até agora o lítio. Este caso faz ponte com a análise de levantamentos ambientais e políticos em áreas rurais durante a ditadura.
- G. **Mata Santa Catarina em Eiras, Coimbra:** é lá parcialmente desenvolvido o Projeto Guarda-Rios, uma escola da floresta, com crianças. É propriedade privada, é um carvalhal centenário e estará a começar a ser abatida pelo proprietário e as responsáveis desse Projeto não sabem que fazer. A Associação MilVoz falou com a Câmara Municipal e conseguiu que a área estivesse identificada no mapa de áreas a serem protegidas. A coordenadora do Projeto Guarda-Rios propôs à Junta de Freguesias de Eiras fazer uma troca de terrenos (mata da zona a proteger por outro terreno não protegido ou a proteger), mas, até ver, não teve sucesso.
- H. **Serra da Estrela:** A questão da floresta é central. Há iniciativas locais que se dedicam a reagir e ocupar espaço público no território local, que seria interessante mapear.
- I. **Exploração mineira em pedreiras na região de Fátima e Rio Maior:** Há um processo de desagregação ou desmembramento das organizações devido ao receio ou medo das pessoas perante a chegada do extrativismo às regiões; muitas pessoas nem sequer quiseram falar.
- J. **Pedreiras e minas na zona de Soure:** sobressaindo das lutas a recente contra a exploração de caulinos em três áreas de Soure, único concelho do eixo Leiria – Aveiro que conseguiu ter sucesso no embargo a essa exploração, fruto da luta conjunta das populações que auto-organizaram na defesa dos seus interesses, das autarquias, de associações variadas e desta entidade.

ANEXO 2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

1º Encontro EJMapping Cartografias dos conflitos de justiça ambiental em Portugal

Equipa: Gustavo García López, Joana Vaz Sousa, Jonas Van Vossole, Eliane Sebeika Rapchan, e Ana Paula Lemes de Sousa

5 de dezembro de 2025, 9h30-17h00 · sala 1, CES | Alta + Online

Antecedentes - ECOSOC



Grupo de trabalho para aprofundar análise, co-produção de conhecimento e ações sobre assuntos socioambientais www.ces.uc.pt/ecosoc



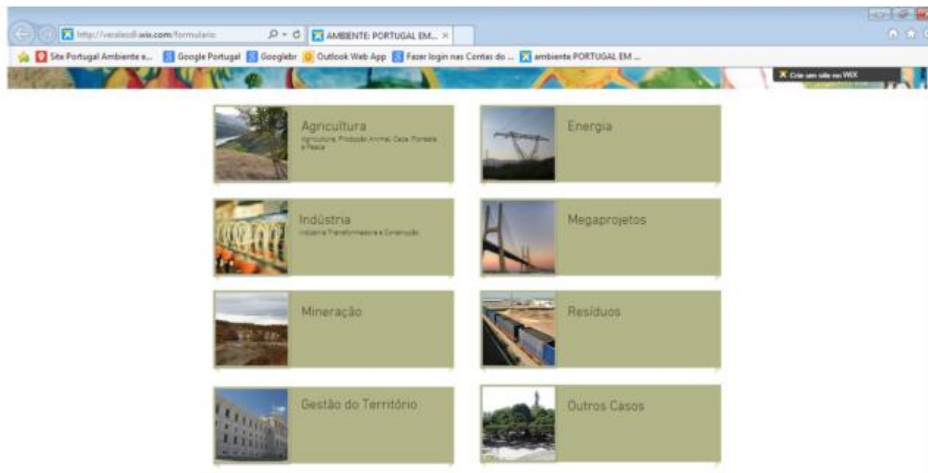
Antecedentes - Projetos



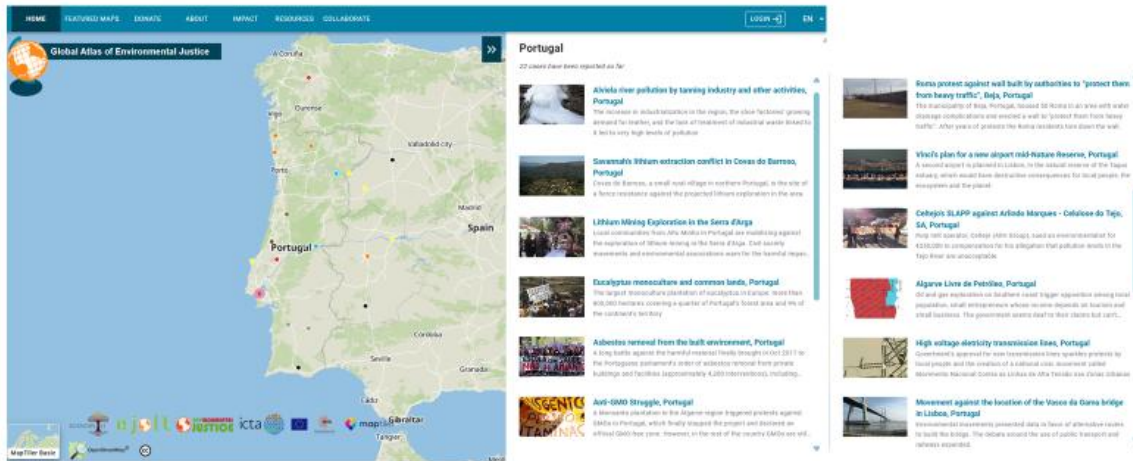
- Mapeamento participativo de conflitos ambientais (2014-2017):
 - Ouvindo 30 pessoas (ativistas, membros de ONG, investigadores, funcionários públicos, técnicos, jornalistas, políticos): “Na sua opinião, quais são os principais conflitos ambientais em Portugal?”;
 - Ordenação qualitativa da “intensidade dos conflitos”
 - Inquérito aplicado a 100 ativistas, membros de ONG, investigadores, funcionários públicos, técnicos, jornalistas e políticos: “Quais dos 25 casos seguintes são os mais importantes?”
- Organização do mapa temático de Portugal na plataforma **EJ Atlas**
- Organização do livro e página web **Portugal: Ambiente em Movimento**
- Organização dos textos com ativistas e organizações e do número temático da revista **CES e-cadernos**: “Diferentes formas de dizer não”
- Organização de vídeos de biografias tóxicas - **Toxic Bios** (2017-2019)



Portugal Ambiente em Movimento



Atlas de Justiça Ambiental (EJ Atlas)



Biografias Tóxicas



Antecedentes - Eventos



EJMapping - Objetivo geral

Produzir conhecimento operacional que contribua para enfrentar as injustiças ambientais e promover caminhos para uma “sustentabilidade justa” (ou “transições justas”) transformadora, enriquecendo simultaneamente os conceitos e métodos aplicados a esses conflitos.



EJMapping – *Objetivos específicos*



Contribuir para uma conceptualização e compreensão alargadas da justiça ambiental (JA), ao diversificar e enriquecer as teorias, métodos e geografias dos estudos sobre JA;



Documentar os principais impactos e injustiças sociais, económicas e ambientais vivenciados pelas comunidades que enfrentam conflitos ambientais e os fatores que permitem às comunidades responder-lhes;



Analisar a evolução histórica dos conflitos ambientais em Portugal de acordo com a mudança dos contextos sócio-político-económicos, comparando o período de 'transição democrática' pós-ditadura, marcado pela emergência de políticas ambientais, com o período atual, marcado por uma democracia consolidada e pelas políticas do Pacto Ecológico Europeu;



Identificar as visões, estratégias de ação, alianças e resultados dos movimentos, e as suas implicações para as vias de transições justas (ou seja, para a justiça social e a sustentabilidade);



Identificar as respostas dos atores institucionais (autoridades locais, nacionais e europeias e empresas envolvidas), incluindo a documentação de repressões e outras violações legais e dos direitos humanos, assim como os casos em que os direitos das pessoas marginalizadas são defendidos e o desenvolvimento sustentável alcançado nesses conflitos;



Comparar e contrastar as narrativas dominantes dos atores que favorecem projetos e políticas em curso em contextos de conflitos de justiça ambiental, e as contra-narrativas dos que resistem a estes projetos e criam iniciativas alternativas, de maneira a compreender como diferentes atores definem justiça ambiental e desenvolvimento sustentável.

EJMapping - *Metodologias e Cronograma*

Fase 1 (05/2025-05/2026): Lançamento

- Consolidação da equipa e criação da comunidade alargada de pares
- Revisão de literatura sobre conflitos ambientais em Portugal
- Conversas iniciais com associações das regioes dos estudos de caso
- Primeiro evento de lançamento em Coimbra
- [Inquerito nacional](#) de conflitos ambientais e criação de mapa nacional dos conflitos

Fase 2 (04/2026-04/2027): Enraizamento

- Continuação de conversas com associações das regioes dos estudos de caso
- Eventos de lançamento em Sines e Faro
- Desenvolvimento colaborativo com as associações parceiras do plano de investigação-ação para cada estudos de caso
- Implementação dos estudos de caso

Fase 3 (04/2027-04/2028): Devolução

- Escola de Verão e Estágio Ciência Viva
- Apresentações e discussões de resultados e outras atividades com as associações parceiras e com diversos públicos nas comunidades (incluindo nas escolas)
- Produção de vários materiais escritos (artigos em revistas científicas e jornais, fanzines, dicionário, planes de JA, outros)
- Planeamento de possíveis formas de continuar o projeto no futuro
- Encontro final do projeto

EJMapping - *Medodologias e Cronograma*



Obrigado pela atenção!

Perguntas / Comentários bem-vindos